

Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural realizada em 12 de fevereiro de 2020 na Casa de Oliveira Lima		
1ª CHAMADA		14h
2ª CHAMADA		14h35min
FINAL		18h10min
Conselheiro(a)s Sociedade Civil	Titulares	Arary Marrocos (Agreste), Altair Leal (Cultura Popular de Matriz Ibérica), Andala Pereira (Zona da Mata), Augusto Ferrer (Arquitetura e Urbanismo), Claudio Gomes (Artes Visuais e Fotografia), Gabriela Apolônio (Música), Jocimar Gonçalves (Movimentos Sociais), Maria do Livramento Aguiar (Artesanato), Masayoshi Matsumoto (Gastronomia), Paula de Renor (Teatro), Teresa França (Cultura Popular de Matriz Africana) e Virginia Ferreira (Produtores Culturais).
	Suplentes	Nivaldo Jorge Silva (Artesanato) e Lucivan Max (Agreste)
Conselheiro(a)s Poder Público	Titulares	
	Suplentes	Felipe Peres (Empresa Pernambucana de Comunicação), Severino Pessoa (Fundarpe) e Silvana Meireles (Secult)
Equipe Técnica		Ana Reis, George Lins, Fernanda Matos
Ouvintes / Convidados		
Composição de mesa		
Abertura da reunião		Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural - CEPC/PE iniciou com as orientações para iniciar a reunião.
Pauta	Votações	Encaminhamentos
As pautas serão: 1 - Informes 2 - Troca de experiências com a Presidenta do Conselho Estadual da Bahia, Pan Batista 3 - Eleição do Conselho Estadual de Política Cultural 4 - Acompanhamento do Plano Estadual de Cultura 5- Dotação financeira para Conselho Estadual de Política Cultural no exercício de 2020		
Informes		
	Jocimar Gonçalves falou que foi feito um convite aos deputados que compõem a Comissão de Educação e Cultura da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Alepe e esta encaminhou uma representação Sr. Sérgio Cruz o motivo do convite foi que o Plano Estadual de Cultura de Pernambuco não é lei não é lei em Pernambuco e é necessário ser por isso a solicitação dos membros da Alepe. Justificou as ausências dos conselheiros Deison Silva, Justino Passos, Modesto Lopes e Williams Santana. Em relação ao não comparecimento do conselheiro, Deison Silva, recai novamente no custo da vinda de conselheiro do interior para Recife, para ele vim e volta o custo é de R\$ 240,00 já que não conseguiu transporte da Prefeitura. Também do convite feito pelo Ministério Público para dia	

	<p>17/02 às 14h e ressaltou da importância da ida de conselheiros da sociedade civil para tratar das dificuldades estruturais e logísticas que é enfrentada pelo Conselho Estadual de Política Cultural de Pernambuco – CEPC.</p> <p>Teresa França informou que integra a Casa Oxum Opara Ogulama do pai Ramilho de Oxossi e trouxe a triste notícia do falecimento da matriarca Sra Maria José conhecida como Mãe Zeza de Iemanjá que muito estimulou as religiões de matrizes africanas e solicitou uma nota de pesar do CEPC.</p> <p>Maria do Livramento Aguiar informou do convite aos membros do CEPC para participar da reunião do Conselho Municipal de Cultura de Jaboatão dos Guararapes</p> <p>Felipe Peres divulgou as ações da TV PE que transmitirá o carnaval ao vivo e ação ocorre após aquisição pelo Estado e município de Recife de R\$ 250.000,00 de publicidade. Serão 7 dias de transmissão que será pela TV PE, youtube e facebook. Quem quiser acompanhar é só sintonizar no canal 46.1. TV PE e há uma confusão com TVU. A nossa unidade móvel ficará situada na Torre Malakoff e essa ação de transmissão ao vivo do carnaval será um divisor de águas para TV PE.</p> <p>Virginia Anghinoni colocou que já deu início a produção cultural em Fernando de Noronha através de um programa de rádio denominado quarta onda que tem como norteador as ondas feministas.</p> <p>Nivaldo Jorge fez convite para os conselheiros comparecerem, no dia 16/02, no arrastão da Boneca de Lia em Jaguaribe na cidade de Itamaracá a partir das 16h.</p> <p>Jocimar Gonçalves reforçou que a próxima reunião ordinária do CEPC será, no dia 11/03, em Caruaru.</p> <p>Ana Reis esclareceu que é necessário a confirmação dos conselheiros para providenciar traslado ida e volta de Recife/Caruaru e almoço. A saída será pela manhã, almoço será na cidade de Caruaru e no retorno terá três paradas nos bairros de Caxangá, Derby e Conde da Boa Vista. Esta será a primeira reunião descentralizada do CEPC.</p>
Troca de experiências com a Presidenta do Conselho Estadual da Bahia, Pan Batista	
	<p>Jocimar Gonçalves antes de dar a palavra a Presidenta do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, lembrou da sua ida a reunião do Conselho da Bahia em novembro/2019 e ressaltou essas trocas de experiências são importantes para fortalecer a cultura.</p> <p>Pan Batista começou a saudar os presentes e falou que sempre deixa o coração falar por isso quebrou o protocolo ao cantar uma canção. Contou que é quilombola do município de Cachoeira na Bahia, a minha chegada veio após muita luta e resistência. A minha comunidade esta acostumada a brigar por luz elétrica e educação de qualidade o que me permitiu ter resistência. Além de ser mulher em tempos difíceis e é triste pensar que aquelas que me antecederam trouxeram na suas trajetórias muitas anulações. A minha chegada, no Conselho Estadual de Cultura da Bahia, foi um marco como primeira mulher negra e quilombola a ocupar a cadeira</p>

de um órgão tão importante para política cultural do Estado da Bahia. É um conselho com 54 anos de existência desde então todas presidências ocupadas por notáveis após várias provocações da sociedade civil e daqueles que vivem para cultura, no Governo de Jaques Wagner e com Secretário Estadual de Cultura da Bahia, Albino Rubim, providenciaram a democratização do Conselho que tem na sua composição 2/3 de representações da sociedade civil e 1/3 do poder público. Já que a sociedade civil dialoga com os seus afazeres culturais de uma forma muito mais ampla por isso um número maior de membros da sociedade civil. O Conselho Estadual de Cultura compõe-se de 30 (trinta) membros titulares e igual número de suplentes, sendo dois terços da sociedade civil e um terço de representantes do Poder Público, escolhidos entre pessoas com efetiva contribuição na área cultural, de reconhecida idoneidade e residentes no Estado da Bahia, todos nomeados pelo Governador do Estado, na seguinte forma: 10 (dez) representantes da sociedade civil dos setores culturais; 10 (dez) representantes da sociedade civil dos territórios culturais que constituem o Estado da Bahia e 10 (dez) representantes do Poder Público. A composição do Poder Público que é representado pelo Legislativo, pelo Executivo, pelo Judiciário, pelo Ministério Público do Estado e por Administrações e Organizações Municipais. Com isso a sociedade civil tem um número muito maior dentro do Conselho e ressaltou da relevância de manter contato com suas bases e será o interlocutor delas no Conselho. Percebeu que alguns conselheiros quando eleitos esqueciam de suas trajetórias e deixavam de lado suas atribuições com as bases que o elegeram. Reforçou que esse diálogo tem que existir para as proposituras que forem feitas sejam proveniente do coletivo do fazer cultural que o elegeu. Outro fator importante é cobrar da Secretaria Estadual de Cultura sem ser um duelo e sim lembrando que o fazer cultural é amplo e plural para construção da política pública é necessário o conselho ser esse braço da Secretaria. Outro fator de adesão de participação dos conselheiros são as diárias quando os conselheiros são oriundos do interior e geralmente são 12 sessões anuais. Há também a Câmara de Patrimônio que é instalada dentro do Conselho Estadual de Cultura da Bahia que cuida dos registros e validação dos patrimônios históricos da Bahia. Uma vez eleitos e todas as vezes que são convocados tem uma agenda própria, há recebimento de um jeton por sua participação. Caso o conselheiro acumule participação também participação na Câmara de Patrimônio, ele recebe duplamente e se caso seja convocado para representar o Conselho Estadual de Cultura da Bahia tem diárias. Esses custos entram no orçamento da Secretaria Estadual de Cultura da Bahia e todo esse aparato permite o cumprimento das representações do conselho e a vinda as reuniões ordinárias e extraordinárias. Já tivemos um carro no Conselho Estadual de Cultura da Bahia, mas hoje o deslocamento é garantido pela Secretaria Estadual de Cultura da Bahia. É um processo de fortalecimento do coletivo e nos dar um respeito para exercer nossas suas atribuições como conselheiros. Toda agenda tem alinhamento com Secretaria Estadual de Cultura da Bahia que procura inserir o Conselho Estadual de Cultura para escutar as demandas dos segmentos. É uma forma de respeitar o Conselho e nos dar uma respeitabilidade nas nossas ações e visibilidade. Para finalizar em tempos de retrocessos, na área da cultura, é importante fortalecer as bases e lembrar que elas nos permitiram representá-los isso norteia as minhas condutas como Presidenta. Outra pauta da minha gestai é fortalecer as implantações dos conselhos municipais e construir uma equipe interna para dar suporte as ações. É feito também uma capacitação com os agentes culturais do interior para fortalecimento da cultura. Agradeceu a todos os

	<p>esforços para garantir sua vinda e participar desse reunião. Falou que o Conselho elabora edições de revistas que traz as trajetórias dos conselheiros e as ações executadas e estamos na 28ª edição. Deixou as edições 21ª e 23ª para biblioteca do CEPC.</p>
Rodadas de Perguntas	
	<p>Nivaldo Jorge lembrou da luta feita nos fóruns setoriais para articular as bases, além da luta para democratização do Conselho. O Conselho anteriormente era biônico como no restante do país e todos os conselheiros tinham ótimas remunerações já que tinham os notórios saberes. Não que os conselheiros que tem formação acadêmica, como alguns aqui tem, mas há conselheiros que provem o seu conhecimento do fazer cultural aos longos dos anos, como eu que tenho 40 anos de profissão como artesão. Aqui no CEPC os conselheiros não recebem jetons e nem diárias, saímos dos nossos afazeres para estamos aqui, por outro lado o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural – CEPPC recebem jeton. Brigou-se para ter a inclusão de uma remuneração porque sabíamos da vivência do fazer cultural é árdua e exige muito dedicação mas na frente sentiriam falta dessa remuneração. Resido no município de Itamaracá gasto 2h para vim a reunião ordinária do CEPC e ainda gasto com transporte e almoço. Há necessidade de retorno desse debate que já ocorreu na Alepe e houve uma diferenciação do Conselho Estadual de Política Cultural e Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural com alegação de ser técnico. Também participei no Conselho Municipal de Cultura do Recife que está parado. Outra situação que colocou é que o Plano Estadual de Cultura não passou pela Alepe para ser aprovado como lei e com a minha trajetória na militância cultural trago a constatação que o atual Presidente não acabou com o Sistema Nacional de Cultura porque esta em lei. Perguntou motivo que na Bahia é ainda Conselho Estadual de Cultura e não ser Conselho Estadual de Política Cultural que significa que este conselho foi democratizado e não é mais biônico. Foi uma luta tão grande para ter plano, fundo e conselho.</p> <p>Maria do Livramento Aguiar explicou que será feita a primeira reunião descentralizada já que na Bahia uma das diretrizes são os territórios, como vocês têm feito essas aproximações com os Conselho Municipais e fazem o acompanhamento? Além de como tem sido trabalhado o orçamento na Bahia? Para entendermos como é feito o enfrentamento político para melhorar o orçamento destinado ao Conselho da Bahia. Por fim o orçamento disponibilizado ao Conselho comporta as necessidades da Instituição?</p> <p>Paula de Renor gostaria de saber como é feita as divisões de trabalho no Conselho Estadual de Cultura da Bahia? Aqui há comissões constituídas por vários conselheiros mas tem muito assunto para ser tratado. Precisamos compreender sua organização para sermos mais eficazes.</p> <p>Sérgio Cruz perguntou se o Plano Estadual da Bahia foi votado na Assembléia e se positivo o que significou? Qual foi a batalha para obtenção dessa aprovação?</p> <p>Teresa França relatou as lutas e conquistas do conselho ao longo dos 4 anos. Aqui a composição são 20 da sociedade civil e 20 do poder público. Estou no meu segundo mandato ainda há uma dificuldade de orçamento para CEPC e na falta da remuneração dos conselheiros que impacta a valorização e o reconhecimento do trabalho dos conselheiros. As</p>

	<p>conquistas do CEPC foram à concretização do Plano Estadual de Cultura, buscar o diálogo com Funcultura. Além do orgulho pela construção do regimento interno e da revisão deste e pela busca por articulações internas e externas. Quais as iniciativas do Conselho Estadual de Cultura da Bahia para valorizar e reconhecer os trabalhos dos conselheiros?</p> <p>Pan Batista começou a responder dizendo que há coisas que até apssam despercebidas e precisam ser debatidas quando o representante da cultura a serviço do conselho tem que ter respeito e esta ligado com as informações da cultura. Teve uma época que se provocou isso, nos últimos 4 anos, então estou, no último mandato, de acordo com regimento do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. O mais importante é a mobilização dos nossos que são os questionamentos porém tem ausência de muitas pautas. Outro ponto é a questão da sessão itinerante do Conselho Estadual de Cultura da Bahia já fez muitas para isso tem que ser bom articulador e mobilizador. A pauta deve ser construída de dentro para fora para que os conselheiros municipais criem ligações com Conselho Estadual e para mobilizar um local é necessário entender a pauta daquela região e articular com parceiros como Prefeituras, Associações e militantes da cultura. As pautas que serão tratadas, nas sessões itinerantes, tem que ter aspectos da necessidade daquele local e a equipe interna nos auxilia para ter essa articulação com as regiões. A equipe do Conselho Estadual de Cultura já foi composta por 22 funcionários e a composição atual é uma secretária executiva do Conselho Estadual de Cultura da Bahia; um mobilizador e articulador de rede para tratar dos aspectos de articulações; uma assessora de comunicação; uma técnica de gestão de eventos; um técnico que cuida do acervo do centro de memória e há também o suporte dado pelos estagiários; uma secretária para plenária da Câmara de Patrimônio; 4 estagiários e 2 pessoas para limpeza. A Secretaria Estadual de Cultura da Bahia faz o pagamento de todos esses profissionais mas as indicações são feitas pelo Presidente em exercício. A maior parte do orçamento é gasto em maior parte pelo pagamentos dos conselheiros, depois pagamento da equipe administrativa e custo da manutenção predial. Quanto à divisão de trabalhos tem os papéis da câmara de patrimônio e das comissões. Essas tem duração de 90 dias e aquela é permanente. Caso haja a necessidade de viagens é feito o pagamento de diárias pela Secretaria Estadual de Cultura da Bahia e há também o suporte de locomoção dado pela Alepe. Isso ocorre pelo alinhamento conselho, Secretaria e Alepe. Quanto ao Plano, em 2019, foi feita uma reforma por causa da reavaliação dos primeiros cinco anos dos 10 anos após todas as consultas. Essas mudanças não precisaram passar pela Alepe porque não foram alterações que precisavam a passar por lei. O Plano Estadual de Cultura da Bahia é lei. Outra questão abordada foi a valorização dos conselheiros que está no pagamento do jeton, as condições dada pela Secretaria para chegar até a ponta e o suporte dado pela equipe interna. Ressaltou que todo trabalhador tem que ser valorizado e ter o seu reconhecimento e nestes casos Conselho Estadual de Cultura da Bahia dar é suporte ao dar condições aos conselheiros apoio para suas ações e a remuneração dada. Além de dar suporte nas bases dos conselheiros com articulações locais para atividades nos municípios.</p> <p>Silvana Meireles ressaltou que a Presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia colocou pontos importantes como diálogo entre Conselho e a gestão e articulação com base. Há uma grande diferenciação, na gestão da Bahia, que são os territórios de identidade isso dar uma particularidade</p>
--	---

a gestão da cultura. Aqui a divisão é por macrorregiões que foi construído pelo contexto econômico. Poderia falar um pouco dessa relação do Conselho com essa forma de gestão por território de identidade? Segundo ponto o CEPC um dos seus papéis é o monitoramento da política cultural que se dar através do acompanhamento do plano e qual a experiência que pode trazer a esse ponto? Também na sua fala houve o aspecto das reuniões descentralizadas que não é apenas transferir as reuniões para fora da região metropolitana mas construir uma pauta conjunta. É preciso saber dos interesses daquele local para ter a escuta das demandas e depois dar os devidos retornos. Qual o orçamento destinado ao Conselho? Há um histórico parecido com outros conselhos que foi a composição de membros de notório saber agora há um conselho eleito os membros da sociedade civil e para essa transição houve um tempo. Hoje há três Conselhos que são Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC, Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural – CEPPC e Conselho Consultivo do Audiovisual – CAU. O antigo conselho avançou para CEPPC e criou o CEPC sendo que o primeiro tem pagamento e o segundo não. O argumento para remuneração é o aspecto técnico. A Bahia tem uma lei orgânica, o que tramitou na Alepe foi a lei orgânica com plano incluso ou plano é uma lei fora da lei orgânica. O nosso plano é resultado de somatório da conferência e há dois anos foi realizado a 4ª Conferência. O resultado dessa conferência é o plano que é uma resolução do CEPC. Ficou acordado que não seria encaminhado uma lei orgânica mas um projeto de lei mais amplo que trata do Sistema Estadual de Cultura. Por fim que vem da observação das instâncias de participações não somente da cultura é a participação do poder público como é na Bahia? A Secult tem um desafio de convencer os pares do poder público a participar das reuniões.

Pan Batista começou que a relação de respeito dos membros do poder público quando são convocados, eles sabem que é dia de trabalho em outro local assim como a presença da Secretário Estadual de Cultura. Todos recebem jeton inclusive o poder público e eles têm consciência que as demandas discutidas no Conselho são direcionadas aos seus assentos. Se tiver a necessidade de participação de representações de outras Secretarias é feito a convocação. Quanto aos territórios de identidade há a superintendência territorial de cultural da Bahia é uma unidade da Secretaria Estadual de Cultura que cuida de todas políticas de territorialização e também trata dos editais. Já em relação as itinerâncias é necessário que se coloque à disposição do local que será a reunião. Outro aspecto solicitado foi orçamento que varia de acordo com o número de conselheiros do interior já que o maior gasto são com as diárias mais os jetons aproximadamente o gasto anual R\$ 200.000,00. Para os conselheiros residentes da capital o pagamento é o jeton. Esses pagamentos são custeados a todos conselheiros segundo a lei orgânica do Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Até o taxi custeado da rodoviária ao local de realização da reunião. Cada sessão mensal custa aproximadamente é de R\$ 24.000,00. As diárias são R\$ 304,00 fora os valores das passagens e em relação aos jetons com desconto do INSS fica R\$ 207,00.

Silvana Meireles falou que diante do vazio do governo federal, observa um movimento cultural principalmente do Nordeste. Existe um Fórum Estadual de Dirigentes de Cultura e no campo político os nove governadores do Nordeste estão alinhados para uma pauta comum que rebate na cultura. Seria bom criar uma rede de conselhos do Nordeste e

	<p>como conselheiros puxar essa rede e assim fortalecer e criar a proteção aos coletivos culturais.</p> <p>Jocimar Gonçalves agradeceu a vinda da Presidenta do Conselho Estadual de Cultura da Bahia e o apoio dado pelo Vice Presidente da Fundarpe. Historiou que as presidentes anteriores do CEPC sabem da realidade das articulações internas e externas e é necessário estreitar o papel com a Secretaria Estadual de Cultura para entender qual o papel do CEPC. Esse não é de legitimar as ações favoráveis ao governo e sim fazer a política cultural de forma ampla. Não somos servidores da Secretaria e sim conselheiros que prestam serviços relevantes ao Estado, sem remuneração e isso influencia na participação nas reuniões. Para os conselheiros entenderem o seu papel estar sendo pensando um seminário que terá capacitações com Ministério Público e com Tribunal de Contas do Estado.</p> <p>Nivaldo Jorge colocou que esse assunto deve voltar a ser pauta e criar uma articulação com os deputados para ser aprovado. Oportunizar a vida do representante da Comissão de Educação e Cultura para apresentar aos deputados essa proposta.</p> <p>Paula de Renor completou que é necessário a revisão da composição do Conselho para que dê certo e deveria ter assento representações da Alepe, Ministério Público. Já que há representações governamentais que não têm interesse de participar da reunião. Concordeu com conselheiro, Nivaldo Jorge, a pauta da remuneração tem que retornar porque a dedicação não é apenas as 4 horas da reunião ordinária, há um tempo a mais para estudar e pensar na política pública e assim trazer elementos para o debate. Parece até uma coisa mesquinha não doar as 4 horas da reunião ordinária mas não é. Além de não ter o comparecimento de alguns conselheiros porque não tem como custear o traslado do interior até a reunião do CEPC que ocorre na capital. Minha preocupação é não termos deixado uma estrutura mínima para os novos conselheiros e não terem jetons</p> <p>Teresa França relatou que não tem transporte para as atividades externas e não ter telefones para fazer articulações junto as bases. É necessário ter a valorização dos conselheiros.</p>
Eleição do Conselho	
	<p>Severino Pessoa tratou da eleição já foi elaborado uma minuta do edital de eleição, no caso deste conselho são 20 fóruns e neste ano não terá plenária final. Estamos 3º processo eletivo já se tem experiência acumulada. Explicou o procedimento de designação dos membros da comissão eleitoral que feito por portaria do Secretário Estadual de Cultural e não faria sentido conselheiro ser membro. Segundo o regimento interno poderá ter uma recondução e no caso do conselheiro suplente, ele mesmo tendo ficado em dois mandatos, 4 anos, poderá concorrer agora como conselheiro titular, a exceção se substituir o titular em definitivo. Quanto a remuneração dos conselheiros o que faltou foi uma articulação com os deputados para sensibilizá-los. Quando o projeto de lei foi para Alepe a remuneração estava estipulada aos dois Conselhos, sendo CEPPC com até seis reuniões e CEPC com até duas com valor por conselheiro de R\$ 400,00.</p> <p>Jocimar Gonçalves perguntou se poderia ampliar o tempo de mandato de</p>

	<p>2 anos para mais porque acha pouco tempo?</p> <p>Severino Pessoa respondeu que há outras pessoas que poderiam continuar o trabalho e esse questionamento deve ser tratado dentro dos seus segmentos para depois se propor mudanças no tempo de mandato. Reforçou que a minuta do edital de eleição para conselho tem poucas alterações em relação as anteriores. A grande mudança que tem no processo de eleição antes tinham três etapas: inscrição/habilitação, eleição dos fóruns específicos e plenária final e agora inscrição/habilitação e eleição dos fóruns específicos. Neste elegerá o titular e o suplente do assento de cada segmento do CEPC. Cada conselheiro pode se candidatar duplamente para linguagem e para região mas não pode acumular dois assentos. Por fim as datas serão divulgadas em breve e estamos na finalização do calendário, fiz apresentação para todos terem a dimensão de tempo para eleição dos 20 fóruns.</p> <p>Gabriela Apolônio após a apresentação do calendário, sugeriu não ter eleições às sexta-feira por ser um dia da semana para muitas linguagens com inúmeras atividades e ir para segunda-feira.</p>
Monitoramento do Plano Estadual de Cultura	
	<p>Silvana Meireles informou que apresentação levará 1h e pelo adiantado da hora fosse pauta da próxima reunião.</p> <p>Jocimar Gonçalves colocou para plenária senão seria o caso de ter uma reunião extraordinária pela importância do assunto para dia o dia 04/03/2020. A plenária por unanimidade acatou.</p> <p>Fernanda Matos que acompanhou a elaboração do plano, propôs a criação de um grupo de trabalho para tratar do acompanhamento do plano. Salientou que as referências para monitoramento utilizadas são da Bahia.</p> <p>Jocimar Gonçalves pediu indicações para composição do grupo de trabalho que foram Araray Marrocos (suplente), Jocimar Gonçalves (titular), Maria do Livramento Aguiar(titular), Nivaldo Jorge da Silva (titular) e Paula de Renor (suplente).</p> <p>Silvana Meireles explicou que o plano é da política cultural como um todo e para composição desse grupo precisará ter membros dos outros dois Conselhos por isso não seria produtor ter tantos membros. Esse grupo de trabalho terá o papel de formulação nesse primeiro momento de formulação e a partir desses dados será feito o monitoramento. A composição deve ter também técnicos da Secult e se for possível da representação da Alepe.</p> <p>Sérgio Cruz falou que terá que fazer a consulta para Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Alepe para saber se será ele ou outra pessoa e pediu para sair por ter outro compromisso.</p> <p>Pan Batista pediu a palavra para ressaltar que muitas das atividades do Conselho Estadual de Cultura da Bahia foram proporcionadas pelas emendas dos parlamentares da Alepe.</p>
Dotação para Conselho Estadual de Política Cultural	
	Silvana Meireles começou com a explicação que o orçamento da Secult

	<p>teve um contingenciamento e neste momento está sendo elaborado uma contestação para pleitear orçamento em breve terá reunião com Secretaria da Fazenda para tratar do assunto. O Secretário está acompanhado para reverter essa compreensão do papel da cultura. Os recursos para Conselho Estadual de Política Cultural estão uma parte, na Fundarpe, que é a manutenção predial entre R\$ 80.000,00 a R\$ 90.000,00 e a outra, na Secult, cuja a destinação são para ações no valor de R\$ 22.400,00.</p> <p>Jocimar Gonçalves perguntou se os custos do Fórum Estadual de Conselho de Preservação e Políticas Culturais de Pernambuco o valor para as despesas deverá ser retirado de R\$ 22.400,00?</p> <p>Silvana Meireles explicou que o CEPC deve apresentar um plano de trabalho para execução desse Fórum e encaminhado para Secult. Quando houve a sinalização da Secretaria da Fazenda quando a contestação foi aceita, poderemos tratar dos custos dessa ação.</p> <p>Paula de Renor perguntou como estar sendo essa articulação para a primeira reunião descentralizada. Quem fará essa mobilização?</p> <p>Jocimar Gonçalves respondeu que o apoio será dados pelos conselheiros residentes em Caruaru, Arary Marrocos e Lucivan Max, este também integra o conselho municipal de cultura.</p> <p>Paula de Renor ressaltou que se a pauta dor dada pelo CEPC não terá adesão dos agentes culturais de Caruaru.</p> <p>Jocimar Gonçalves sugeriu ir na próxima reunião ordinária do Conselho Municipal de Cultura de Caruaru e fazer articulação com os conselheiros para a reunião nossa seja uma reunião extraordinária deles. Já há uma articulação do conselheiro, Lucivan Max, que agendou a reunião nossa no mesmo local que é realizada a municipal que é no Museu do Barro de Caruaru – Mubac.</p> <p>Virginia Anghinoni justificou que as suas ausências foram pelas negativas de passagem aérea pela Autarquia de Fernando de Noronha que foi resolvido após o empenho do Presidente do CEPC. Para que os conselheiros tenham interesse de ir, tem que ter uma pauta em conjunto que tudo que é tratado, nas reuniões do CEPC, é repassado nas reuniões em Fernando de Noronha.</p> <p>Nivaldo Jorge ressaltou que estamos, no último ano de mandato, e será a primeira reunião descentralizada e ir até Caruaru reforça os laços com os agentes culturais locais.</p>
Fórum Estadual de Conselho de Preservação e Políticas Culturais de Pernambuco	
	<p>Jocimar Gonçalves apresentou a minuta do que será feito, no dois dias, do Fórum Estadual de Conselho de Preservação e Políticas Culturais de Pernambuco.</p>